A INICIATIVA PRIVADA NA COP-21

MARINA GROSSI

PRESIDENTE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS)

POR PAULO ROQUE

Economista, Marina Grossi foi negociadora do Brasil na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) entre 1997 e 2001 e coordenadora do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas entre 2001 e 2003. Participou das negociações do Protocolo de Kyoto. Para ela, o lado positivo da COP-21, a ser realizada em Paris, é que os 152 países possam realizar um acordo feito "de baixo para cima", mas, por outro lado, teme que a reunião possa terminar de forma burocrática.



AGROANALYSIS: DEPOIS DE DUAS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA, O QUE EXTRAIR DA COP DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

MARINA GROSSI: A agenda internacional às vésperas da COP-21 apresenta diferenças cruciais com relação ao cenário das COPs anteriores. O quinto relatório de avaliação (AR5, na sigla em inglês) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) registra, com base na Ciência, ao nível de confiança de 95%, o aquecimento global observado desde a Revolução Industrial com as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) provenientes da ação humana. Assim, está clara a necessidade de estabelecer metas, com prazos bem estabelecidos de cumprimento, para o abatimento efetivo dos GEEs. Além disso, a grande novidade relacionada a essa etapa são as Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (INDCs, na sigla em inglês), apresentadas ao Secretariado da UNFCCC: os países chegarão à mesa de negociação com um mandato de ação predeterminado, algo como um "dever de casa" feito.

O acordo da COP-21 traz metas de dois países cruciais para o seu sucesso: os EUA, que não ha-

> “AMBOS [ESTADOS UNIDOS E CHINA] SÃO OS DOIS PAÍSES MAIS EMISSORES DO PLANETA, SENDO, JUNTOS, RESPONSÁVEIS POR CERCA DE 45% DAS EMISSÕES TOTAIS.”

viam ratificado o Protocolo de Kyoto, e a China, que, na condição de país em desenvolvimento, não possuía metas obrigatórias. Ambos são os dois países mais emissores do Planeta, sendo, juntos, responsáveis por cerca de 45% das emissões totais. Portanto, pode-se considerar que os esforços de planejamento do acordo a ser obtido na COP-21 dão a ela um grande potencial para estabelecer um plano de ação claro e factível.

O PROTOCOLO DE KYOTO É UM SUCESSO OU FRACASSO?

MG: O Protocolo de Kyoto não obteve sucesso em frear as emissões globais ao limite desejado de 2°C, entretanto não pode ter a sua contribuição desconsiderada. Este acordo consistiu-se no primeiro passo para a transição de paradigmas da economia mundial. O objetivo do Protocolo envolvia reduzir as emissões globais em 5,2% entre 2008 e 2012, tendo como ano-base 1990. Porém, de 2005 a 2012, estas emissões cresceram em 16,2%. Falhou, também, em realizar a transferência de tecnologias a que se propôs. De qualquer forma, pela primeira vez, se vinculou a questão ambiental com o mercado, mediante o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que representou uma curva de aprendizado para o estabelecimento de mercados de carbono.

O ACORDO SELADO PELO G7, EM JUNHO ÚLTIMO, PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GEE É SINAL POSITIVO PARA O FUTURO?

MG: Apesar das críticas relacionadas à dita timidez do compromisso firmado pelo Grupo dos Sete (G7) com relação ao tema ambiental, não se pode negar que caracterizou uma demonstração positiva. Foi um sinal dado pelas principais economias do mundo a todas as demais de que é necessário realizar esforços especiais na parte da redução do consumo de combustíveis fósseis.

> “O PROTOCOLO DE KYOTO NÃO OBTEVE SUCESSO EM FREAR AS EMISSÕES GLOBAIS AO LIMITE DESEJADO DE 2°C...”

CHINA E ÍNDIA REDUZIRÃO AS SUAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA (GEE)?

MG: Como são o primeiro e o quarto maiores emissores mundiais, respectivamente, China e Índia devem realizar compromissos consistentes com a redução das emissões globais. Apesar de ambos terem submetido as suas INDCs, não apresentaram metas absolutas, ou seja, um número concreto de toneladas de CO_2 a serem abatidas no horizonte até 2030. Apresentaram apenas metas de intensidade das emissões relativas ao PIB. A Índia comprometeu-se a reduzir esta intensidade de 33% a 35% em 2030, com base em 2005. Já a China comprometeu-se a alcançar o pico de suas emissões até 2030, por meio de uma redução de 60% a 65%, no período com base em 2005. Por outro lado, como demonstração de que pretende reduzir suas emissões, a China assinou

acordo com os EUA comprometendo-se a alcançar 20% de fontes renováveis em sua geração de energia até 2030. Os chineses estão, também, desenvolvendo modelos de mercados de carbono e se tornando referência por realizarem uma transferência direta de recursos dos países mais emissores para os menos emissores.

A CONFERÊNCIA DO CLIMA DE PARIS (COP0-21) SERÁ BUROCRÁTICA OU TOMARÁ AÇÕES MAIS EFETIVAS?

MG: Um grande desafio posto para a COP-21 é o da consolidação de forma ambiciosa das INDCs enviadas por 152 países, com determinação das metas alinhadas às ambições nacionais, porém consistentes com o limite para o aquecimento global de no máximo 2°C. Não há muitas dúvidas de que sairá um acordo que traçará um caminho para os próximos anos. O importante será regulamentar os meios pelos quais as metas serão alcançadas, para que as ações possam, de fato, ser implementadas. Mas, isso só deverá ser feito nos próximos anos.

COMO ESTÃO AS MOBILIZAÇÕES NO BRASIL PARA A COP-21?

MG: Apesar de viver um momento de instabilidade política e econômica que, por vezes, afasta as atenções do Brasil da agenda do clima, as empresas mantêm-se bastante engajadas com a preparação para a COP-21, assim como outros setores, como a Academia e o próprio Governo. Há grandes esforços em se antecipar aos possíveis desdobramentos da COP-21. Assim, coalizões são criadas e iniciativas conjuntas são tomadas para as mobilizações ganharem força.

Uma importante iniciativa é a Low Carbon Technology Partnerships initiative (LCTPi), representada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Para identificar formas e dar escala a tecnologias de baixo carbono, as empresas elaboram propostas a serem levadas para a COP-21. Além disso, o CEBDS lançou, em outubro último, o Conselho de Líderes. Seu objetivo é reunir as lideranças de empresas estratégicas para a economia do País com o Governo, trazendo propostas concretas para a transição a uma economia de baixo carbono. Entre estas propostas, estão a melhoria de eficiência energética, a geração de energia limpa e a mobilidade sustentável. Isso ajudará o Brasil a alcançar as metas presentes na sua INDC.

AS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO PARA A COP-21 SÃO IMPACTANTES?

MG: Inegavelmente, o fato de o Brasil ter anunciado uma meta absoluta é bastante impactante. Foi uma inovação entre os países emergentes. Entretanto, existem pontos a serem tratados que indicam que os impactos podem ser menores do que aparentam. A ambição do País é atingir o desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030. Porém, além de este prazo ser distante, não há menção aos outros biomas, em especial ao Cerrado, intensamente pressionado pelos desmatamentos legal e ilegal.

> “...COMO DEMONSTRAÇÃO DE QUE PRETENDE REDUZIR SUAS EMISSÕES, A CHINA ASSINOU ACORDO COM OS EUA COMPROMETENDO-SE A ALCANÇAR 20% DE FONTES RENOVÁVEIS...”

> “A AMBIÇÃO DO PAÍS É ATINGIR O DESMATAMENTO ILEGAL ZERO NA AMAZÔNIA ATÉ 2030.”



A INDC brasileira estabelece, também, a meta ambiciosa de alcançar 23% de energias renováveis não hídricas (solar, eólica e biomassa) na matriz elétrica. Hoje, a energia eólica representa apenas 2% do total e a biomassa atinge 7,3%, enquanto a presença da energia solar ainda é ínfima. E, mais: o Brasil comprometeu-se a aumentar a eficiência elétrica em 10% até 2030, o que vem sendo questionado por especialistas.

O SETOR PRIVADO DO BRASIL PLANEJA ALGUMA INICIATIVA PARA A COP 21?

MG: Sim. São diversas as iniciativas relacionadas à COP-21 desenvolvidas pelas companhias. As empresas associadas ao CEBDS, por exemplo, levarão resultados à COP-21, tendo inscrito seus representantes junto ao Itamaraty. Importantes organizações empresariais também participarão de eventos paralelos, os chamados *side events*. Isso amplia as discussões para além dos limites das salas de negociação. Como será um ponto focal para as empresas, o CEBDS desenvolveu um *hot-site* com as informações mais relevantes para a COP-21, que poderá ser acessado pelo seguinte endereço: www.cebds.org.

QUAIS SÃO O LADO MAIS POSITIVO E O MAIS NEGATIVO QUE SE PODEM ESPERAR DA COP-21?

MG: O lado positivo refere-se ao exercício interno feito por 152 países para determinar suas respectivas ambições, combinando-as de modo que se possa realizar um acordo feito “de baixo para cima”, o chamado *bottom-up*. O modelo anterior “de cima para baixo”, o chamado modelo *top-down*, já demonstrou suas dificuldades em gerar os resultados necessários. Além disso, o incentivo a mecanismos de financiamento, como *green bonds*, e o redirecionamento de recursos para empreendimentos de baixo carbono podem ser um ponto positivo desta COP. O lado mais negativo é a possibilidade de a COP-21 terminar de forma burocrática, deixando aos países a impressão de que as ações só se iniciarão a partir de 2020, que é o ano de início do acordo. ■